

A GEOPOLÍTICA DA EUROPA CENTRO-ORIENTAL: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DO GRUPO DE VISEGRADO FRENTE À COMPETIÇÃO RUSSO-GERMÂNICA

Letícia Figueiredo Ferreira¹

Resumo

A Europa Centro-Oriental é um espaço de disputa tradicional entre Alemanha e Rússia, tendo sofrido com as ingerências das duas grandes potências entre os séculos XVIII e XX. Atualmente organizadas no Grupo de Visegrado, Polônia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia ainda fazem parte de uma área de projeção comum de Berlim e Moscou: compõe a periferia econômica da primeira e o entorno estratégico da última. Nos anos 2010, diante do renascimento da ameaça latente russa, da deterioração do relacionamento com a Alemanha e do menor engajamento dos Estados Unidos na região, o grupo passou a buscar parcerias alternativas e a se aproximar da China. Por meio de uma revisão da literatura clássica de geopolítica sobre a Europa Centro-Oriental, como uma zona de pressão competitiva, objetiva-se analisar as geoestratégias das grandes potências para a região. Espera-se demonstrar que essa detém grande importância no equilíbrio de poder europeu e na política internacional.

Palavras-chave: Grupo de Visegrado; geografia política; geopolítica.

The Geopolitics of Central-Eastern Europe: Potentialities and Limitations of the Visegrad Group before the Russian-German Competition

Abstract

Central-Eastern Europe is a space of traditional dispute between Germany and Russia, it has suffered with the two great powers' interferences between the 18th and 20th centuries. Currently organized in the Visegrad Group, Poland, Hungary, Czech Republic and Slovakia are still part of a common projection area of Berlin and Moscow: they constitute the economic periphery of the former and the strategic surroundings of the latter. In the 2010's, with the revival of the latent Russian threat, the deterioration of the relationship with Germany and the lesser engagement of the United States in the region, the group started to seek alternative partnerships and get closer to China. Through a review of the classical geopolitical literature on Central-Eastern Europe, as an area of competitive pressure, this essay aims to analyze the major powers' geostrategies for the region. We expect to demonstrate that it holds great importance in the balance of European power and in international politics.

Keywords: Visegrad Group; political geography; geopolitics.

La Geopolítica de Europa Centro-Oriental: Potencialidades y Limitaciones del Grupo De Visegrado ante la Competición Ruso-Alemana

Resumen

Europa Centro-Oriental es un espacio de disputa tradicional entre Alemania y Rusia, esa ha sufrido las ingerencias de las dos grandes potencias entre los siglos XVIII y XX. Actualmente organizadas en el Grupo de Visegrado, Polonia, Hungría, República Checa y Eslovaquia aún son parte de una área de proyección común de Berlín y Moscú: constituyen la periferia económica del primero y el entorno

¹ Doutoranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista, da Universidade Estadual de Campinas e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Unesp/Unicamp/PUC-SP).

estratégico del segundo. En los años 2010, con el resurgimiento de la amenaza rusa latente, el deterioro de la relación con Alemania y el menor compromiso de Estados Unidos en la región, el grupo comenzó a buscar alianzas alternativas y a acercarse a China. A través de una revisión de la literatura geopolítica clásica sobre la Europa Centro-Oriental, como una zona de presión competitiva, este ensayo busca analizar las geoestrategias de las grandes potencias para la región. Esperamos demostrar que esa tiene gran importancia en el equilibrio del poder europeo y en la política internacional.

Palabras llave: Grupo de Visegrado; geografía política; geopolítica.

Introdução

Nos anos 1990, com o desmantelamento do bloco soviético, os novos regimes democráticos do Leste Europeu passaram a buscar sua integração à Europa Ocidental, tida como ideal de desenvolvimento político-econômico. Visando a adesão às instituições euroatlânticas, em especial a União Europeia (UE) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Polônia, a Hungria, e a então Tchecoslováquia criaram, em 1991, o Grupo de Visegrado, uma organização subregional voltada à cooperação política, econômica e de defesa. Em 1993, com a secessão pacífica da Tchecoslováquia em República Tcheca e Eslováquia, ambos os países permaneceram no mecanismo de integração, que, antes usualmente chamado de V3, transformou-se no V4 (GYÁRFÁŠOVÁ; MESEŽNIKOV, 2016).

A Declaração de Visegrado, documento fundacional do grupo, previa como objetivo basilar o “envolvimento total no sistema político e econômico europeu, bem como no sistema de segurança e legislação” (GRUPO DE VISEGRADO, 1991, tradução nossa). No que tange à meta econômica, os membros do V4 adotaram uma série de reformas liberalizantes, expandindo suas atividades produtivas e se integrando aos fluxos de comércio e capitais euroatlânticos (ÅSLUND, 2007). Logo se tornaram a principal área de destino do Investimento Externo Direto alemão, formando com Berlim a maior cadeia de produção do continente: a Cadeia de Produção da Alemanha-Europa Central, mais conhecida como “Fábrica da Europa” (FMI, 2013).

A meta de integração política e securitária com Bruxelas e Washington também foi atingida em pouco tempo. A criação do grupo enviava às potências ocidentais a mensagem de que, em vez de seguir o cenário iugoslavo de conflitos étnicos, o V4 se dispunha a preencher o vazio geopolítico deixado na região após a queda do Muro de Berlim (BAJDA, 2018). Ao assumirem uma posição de centro político subregional, Polônia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia lograram o

ingresso na OTAN, sendo as três primeiras admitidas em 1999, e a última, em 2004. Ainda em 2004, todos aderiram à UE, mas só a Eslováquia adotou o euro (GYÁRFÁŠOVÁ; MESEŽNIKOV, 2016). Atingidos os objetivos de sua carta constitutiva, o grupo passou a se dedicar à consolidação da sua identidade nessas instituições.

No final dos anos 2000 e início dos anos 2010, porém, o cenário voltou a mudar. Por um lado, a renovação da ameaça latente russa, com a intervenção na Geórgia, em 2008, e na Ucrânia, em 2013, causou uma percepção de fortalecimento de Moscou no antigo espaço de influência soviética. Contribuiu para isso o menor engajamento da OTAN na Europa durante as gestões Bush e Obama, além da proliferação, no governo Trump, do discurso de “obsolescência” da aliança e da imposição do cumprimento das “obrigações financeiras” europeias como condição para conceder ajuda militar. Desde então, o grupo advoga uma maior coordenação entre a UE e a OTAN, tendo apoiado o fortalecimento do flanco oriental da aliança, participado da disposição de tropas nos Estados Bálticos e concordado com o estabelecimento de novas bases e tropas na Polônia (VISEGRAD GROUP, 2017; SIERADKA, 2019).

Por outro lado, a relação do V4 com a Alemanha passou a se deteriorar, devido à percepção de crescente alienação dos alemães em relação à UE e de aproximação com a Rússia, exacerbando a desconfiança em relação às duas potências. A piora no relacionamento teve início com a crise da zona do euro, já que as medidas de austeridade e ajuste recessivo defendidas por Berlim beneficiaram mais a economia e as instituições alemãs do que as dos países resgatados pela Troika formada pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu e pelo FMI. Outra controvérsia diz respeito à construção dos gasodutos russo-alemães *Nord Stream I* e *II*, que transportam gás russo para a Europa Ocidental através do Mar Báltico, contrariando a política de diversificação de fontes da UE (FRIEDMAN, 2011; DEMPSEY, 2017). O grupo também tem se oposto às metas de redução de emissões de gases do efeito estufa de Bruxelas e à política de transição energética de Berlim (HARPER, 2019).

A contencioso de Visegrado com a Alemanha se espraia, ainda, para o campo da política migratória, visto que o V4 rejeitou o mecanismo de redistribuição de refugiados criado pela Comissão Europeia e a “política de portas abertas” defendida

pela Alemanha. A recusa do grupo em cumprir com o programa acordado pela UE, ligada à ascensão da extrema direita nesses países, levou o bloco a instaurar procedimentos legais contra os a Polónia, a Hungria e a República Tcheca (KLEIN, 2019). Por fim, um terceiro elemento de conturbação é a aproximação do grupo com a China. Altamente dependentes de capital estrangeiro, os membros do V4 passaram a apostar na diversificação das suas relações económicas para modernizar sua produção e subir nas Cadeias Globais de Valor. Os quatro estão entre os seis maiores receptores dos investimentos chineses na região, vistos por Berlim e Bruxelas como uma tentativa de minar a unidade europeia (KACZMARSKI; JAKÓBOWSKI, 2015).

Isso posto, procura-se responder à pergunta de pesquisa: como as estratégias das grandes potências, nomeadamente da Alemanha, da Rússia e dos Estados Unidos, afetam a vida política, económica e militar dos países de Visegrado? Apresenta-se a hipótese de que, localizadas entre as duas maiores potências europeias, as quais interferem diretamente no equilíbrio de poder internacional, Polónia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia estão historicamente expostas às projeções de poder alemã, russa e estadunidense na região. Objetiva-se analisar as geoestratégias de Berlim, Moscou e Washington para a Europa Centro-Oriental desde o fim do século XIX até meados do século XX, período de sistematização da geopolítica como campo de estudo, antes de cair no ostracismo após a Segunda Guerra Mundial.

Emprega-se, como aporte teórico-metodológico, uma revisão da literatura tradicional de geopolítica sobre a Europa Centro-Oriental, como uma zona conturbada de pressão competitiva, apresentando os conceitos gerais formulados pelos autores clássicos da disciplina e instrumentalizados pelos Estados-maiores e dirigentes políticos das grandes potências europeias e estadunidense. Nos atemos àqueles que tratam explicitamente das disputas no continente europeu e dos desdobramentos dessas para a Europa Centro-Oriental. Embora os autores alternem entre os termos Europa Central e Europa Oriental, aqui optamos pelo uso do conceito político de Europa Centro-Oriental, como um equivalente do alemão *Mittleeuropa*.

Além da introdução e das considerações finais, o artigo divide-se em quatro seções. A primeira aborda o debate sobre os desígnios territoriais alemães presente

na geografia política de Friedrich Ratzel e na geopolítica de Rudolf Kjéllen. A segunda versa sobre a teoria do poder terrestre de Halford Mackinder e sua proposta de criação de Estados-tampões entre a Alemanha e a Rússia. A terceira trata das teses de Karl Haushofer sobre o espaço vital alemão, a expansão pangermânica e o bloco euroasiático. A quarta seção, enfim, discorre sobre a teoria do *Rimland* de Nicholas Spykman, perscrutando sua influência sobre a política de segurança dos Estados Unidos. Espera-se evidenciar a importância que Europa Centro-Oriental historicamente detém no equilíbrio de poder europeu e nos rumos da política internacional.

O nascimento da geografia política e da geopolítica: Friedrich Ratzel, Rudolf Kjéllen e os desígnios territoriais da Alemanha

As primeiras sistematizações da geografia política e da geopolítica são encontradas na obra do alemão Friedrich Ratzel. Sua preocupação inicial, manifestada em *Antropogeografia* (1882), referia-se à influência duradoura das condições geográficas sobre a humanidade, mas Ratzel logo passa a estudar seu país de origem, apreensivo com o a unificação tardia e, em sua visão, “mal concluída” da Alemanha. Assim, em *Geografia Política* (1897), ele se concentra no papel do Estado na atenuação do atraso político e econômico alemão, defendendo como estratégia nacional a adoção de um “senso geográfico” (COSTA, 1992).

Isso porque, para Ratzel, há uma íntima conexão entre o espaço e o Estado territorial, entendido pelo autor como um organismo vivo condicionado pelo seu meio físico. Tal acepção, emprestada da biogeografia, não se resume a um determinismo causal, sendo os condicionantes físicos tratados como um potencial cuja efetivação depende da capacidade política da nação. Nesse sentido, o Estado funciona como um articulador entre o solo, elemento natural permanente, e o povo, entidade metafísica dotada de um “espírito” (*Volksggeist*) e de um “sentimento territorial”. Intrinsecamente fragmentário, o Estado deveria ser liderado por um poder central forte, capaz de manejar seu caráter espiritual e moral e manter sua unidade (COSTA, 1992).

Ainda na obra de 1897, Ratzel argumenta que, combinado ao ideal político de uma nação, deve também existir um projeto “geopolítico”, dotado de políticas gerais e territoriais. Porém, mais primordial do que a extensão do território seria sua

articulação e coesão, tarefas basilares do Estado. Interessado na superação do desenvolvimento desigual das regiões de um país, Ratzel salienta a importância das redes de circulação e da infraestrutura física e de transportes para o progresso geral do Estado-organismo. Além disso, ele considerava a “força da migração” (*Wandertrieb*) uma das bases da ação humana, examinando as migrações “verdadeiras”, isto é, os movimentos incessantes de deslocamentos, e as regidas por processos político-territoriais, referentes à mobilidade das fronteiras produzida por guerras (COSTA, 1992; SEEMAN, 2012).

O autor formula, ainda, o conceito de “espaço vital” (*Lebensraum*), que, inicialmente restrito a aspectos biogeográficos, referia-se ao espaço adequado ao desenvolvimento natural da fauna e da flora. Já em *O Solo, a Sociedade e o Estado* (1898) Ratzel assumiu uma posição mais expansionista, afirmando que uma sociedade tende a regredir quando perde território. Sob influência das teses malthusianas, aponta os constrangimentos que um crescimento excessivo da população, para além das capacidades de subsistência do território, pode impor à “vida” estatal (COSTA, 1992). Em vista disso, Ratzel se tornou mais propenso a “pensar o desenvolvimento das nações pela via da ampliação dos espaços dominantes” (COSTA, 1992, p. 43).

Todo o trabalho de Ratzel é pautado pelo anseio da unificação plena e do progresso político-econômico alemão, abordando o domínio territorial que o Império deveria buscar e dedicando-se aos problemas do empreendimento colonial alemão, do pangermanismo e dos povos alemães na Europa Centro-Oriental (COSTA, 1992). Sua viagem aos Estados Unidos, nos anos 1870, também o impactara profundamente, enxergando naquele país o epítome da migração, do crescimento populacional orgânico e da apropriação de novos territórios no desenvolvimento nacional. Comparada à vastidão norte-americana, a Europa aparecia como um continente “superpovoado”, caracterizado pela disputa perene por espaço (SEEMANN, 2012).

Apesar do conteúdo geopolítico presente em Ratzel, o termo “geopolítica” só seria cunhado pelo sueco germanófilo Rudolf Kjéllen, que simplifica os postulados gerais da geografia política e os aplica à análise de situações políticas concretas. Kjéllen radicaliza as teses de Ratzel, expandindo ao extremo a subordinação do ser humano ao meio físico e reduzindo a interpretação ratzeliana do Estado, como

organismo territorial, a um organismo biológico. Para ele, o Estado era um ser consciente e racional, dotado de vida própria e sujeito à lei do crescimento, sendo a expansão um imperativo à sua sobrevivência. A busca pelo espaço vital criava uma tendência natural à expansão territorial e, conseqüentemente, aos conflitos entre Estados. A paz era, pois, uma situação anômala e temporária, sendo a guerra a realidade duradoura e permanente das relações interestatais (COSTA, 1992; MELLO, 1997).

Kjéllen desprezava a geografia política como um “campo de investigação acadêmica autônomo e apartado dos projetos estatais imediatos” (COSTA, 1992, p. 56), estático, descritivo e orientado pelo passado. A geopolítica, por sua vez, era dinâmica e refletia sobre o futuro, sendo por isso mais adequada aos formuladores de política. O sueco criou, assim, uma “nova ciência” reducionista e imperialista, com receituários direcionados aos Estados-maiores dos impérios centrais da Europa, os quais apoiou assim que a Primeira Guerra Mundial eclodiu (COSTA, 1992; MELLO, 1997). Em *As Grandes Potências* (1905), o pangermanista versa sobre a “liderança natural” da Alemanha, em termos geográficos e culturais, cabendo a ela assumir a posição de “dirigente do mundo” (MELLO, 1997). Em *O Estado como Forma de Vida* (1916), ademais, Kjéllen apoia o imperialismo alemão e defende “a conquista dos países da Europa Central e a formação de um império alemão que englobasse os territórios do leste desde a Escandinávia até o Oriente Próximo” (MELLO, 1997, p. 32).

Em suma, a geografia política e a geopolítica nascem e se desenvolvem guiadas por uma preocupação específica: os desígnios territoriais da Alemanha. Enquanto Ratzel ansiava a unificação plena e a superação do atraso do Estado alemão recém criado, Kjéllen visava voos maiores para um Império que já competia, no continente europeu e no além mar, com outras potências europeias, apoiando a unificação de toda a Europa sob um poder absoluto. Contudo, se para Ratzel a conquista do espaço vital dizia respeito à subsistência e à união dos povos germânicos, Kjéllen instrumentaliza os conceitos do fundador da geografia política para fundar uma pseudociência conveniente às estratégias de dominação de potências imperialistas, mais tarde influenciando o revanchismo de projetos ultranacionalistas e fascistas. Aos povos da Europa Centro-Oriental, vizinhos do gigante germânico, cuja “prerrogativa natural” era a liderança política, econômica,

territorial e cultural de todo o continente, não restava alternativa senão render-se à assimilação pelo *reich* alemão.

A criação dos Estados-tampões da Europa Centro-Oriental: o poder terrestre e o cordão sanitário de Halford Mackinder

Como Kjéllen, o geógrafo inglês Halford Mackinder antevê um acirramento das disputas imperialistas entre as grandes potências europeias e a eclosão de um conflito europeu. Apreensivo com as ameaças expansionistas à manutenção do equilíbrio de poder na Europa e no mundo, o autor apresenta, em *O Pivô Geográfico da História* (1904), a teoria do poder terrestre. Mackinder considerava que a expansão dos Estados europeus, por meio da conquista e colonização de novos territórios do globo, havia criado um sistema político fechado e de extensão planetária, interconectado física, política, econômica e militarmente (COSTA, 1992; MELLO, 1999).

Refletindo uma ótica inglesa de manutenção do poderio naval do Império Britânico, as proposições de Mackinder se fundamentam na identificação de duas ameaças ao balanço de poder europeu e mundial: a Alemanha e a Rússia. Para ele, a Rússia era um novo polo de poder que não podia ser ignorado, ocupando no mundo posição estratégica equivalente à que a Alemanha detinha na Europa. Dotado de territórios vastos e recursos naturais abundantes, o Império Russo emergia como um concorrente de peso, à época sem oponentes em condições geopolíticas similares, graças às inovações tecnológicas nos transportes (como o advento da locomotiva e das ferrovias transcontinentais) que ampliavam a mobilidade do poder terrestre e ameaçavam a hegemonia consolidada do poder marítimo. O autor inglês temia que os russos expandissem seu poder em escala global e, por meio de uma aliança com a Alemanha, constituíssem um império mundial (MACKINDER, 1904; COSTA, 1992).

De acordo com Mackinder, o poder russo fundamentava-se no controle de uma área-pivô no centro da Eurásia, um coração continental (*Heartland*) com certos aspectos físicos que a tornavam uma fortaleza natural: era a região de planícies mais extensa do planeta, praticamente isolada do mundo exterior, com topografia plana e vegetação de estepes que favoreciam a mobilidade (COSTA, 1992; MELLO, 1999). No passado, o domínio terrestre dessa massa de terras contíguas

euroasiáticas já havia permitido aos povos nômades da Ásia Central estender sua influência para a Europa Ocidental, a Ásia e o Norte da África (MACKINDER, 1904). Mackinder inferia, por conseguinte, que o controle do *Heartland*, região inacessível ao poder marítimo, associado ao desenvolvimento dos transportes terrestres, asseguraria ao Império russo um poder capaz de desequilibrar a ordem mundial então vigente.

No esquema criado por Mackinder em 1904, em torno do núcleo basilar euroasiático, havia quatro regiões marginais acessíveis à navegação: Europa, Oriente Médio, Índia e China. Essas linhas costeiras possuíam um caráter simultaneamente continental e oceânico, formando um Crescente Interior (*Inner Crescent*), onde os poderes marítimo e terrestre se chocavam. Sua periferia era envolta por um segundo arco, o Crescente Exterior (*Outer Crescent*), composto pelas potências marítimas distantes do poder terrestre dominante no *Heartland*: Américas, África subsaariana, Austrália e outras ilhas europeias. Ele acreditava que a expansão do Estado dominante na área pivô para o Crescente Interior permitiria a esse usar os recursos continentais para construir uma frota e se tornar um poder anfíbio (MACKINDER, 1904).

Mais tarde, em *Ideais Democráticos e Realidade* (1919), Mackinder altera as fronteiras do *Heartland*, extrapolando o território russo, mas mantendo uma clara associação com a União Soviética. Com os desdobramentos da guerra, ele passa a atender não apenas para a ameaça russa, mas também para a pretensão histórica – desde a Confederação Germânica até o Império Alemão – de hegemonia alemã sobre a Europa Oriental. De fato, o inglês interpreta a Primeira Guerra Mundial como a emergência de uma revolta dos povos eslavos poloneses, tchecos, magiares (húngaros) e do sul da Croácia contra os germânicos. Assim, a aliança do Império Russo – que também contava com um contingente significativo de germânicos no sudeste da Rússia e nas províncias do Báltico – com a França se deveria ao aumento da influência política, econômica e cultural dos alemães na região, através da aliança com a Áustria-Hungria (MACKINDER, 1919; COSTA, 1992). Nas suas palavras:

(...)a Europa Oriental não consistia, como a Europa Ocidental, de um grupo de povos independentes um do outro (...) sem sérias questões fronteiriças entre eles. A Europa Oriental tem sido uma grande organização tripla de domínio alemão sobre uma população principalmente eslava, embora a

extensão do poder alemão, sem dúvida, tenha variado em diferentes partes (MACKINDER, 1919, p. 93, tradução nossa).

Já a aliança posterior da Inglaterra com a França demonstrara que, naquele momento, a maior ameaça na Europa era a Alemanha e não a Rússia. Os alemães haviam saído na frente dos russos e assumido a liderança na Europa Oriental, ameaçando subjugar os eslavos revoltos, dominar a região e até mesmo controlar o *Heartland*. Mackinder argumentava que, no pós-guerra, tanto a cultura alemã quanto a revolução soviética poderiam submeter a Europa Oriental a seus regimes político-sociais ou incitar um novo conflito a partir da região (COSTA, 1992).

Destarte, em 1919 Mackinder postula que a estratégia central da Inglaterra deveria ser manter a Alemanha e a União Soviética isoladas, “impedindo uma aliança entre ambas ou a conquista de uma pela outra” (MELLO, 1999, p. 56). Para impedir a formação de um bloco russo-germânico capaz de romper o equilíbrio europeu e ameaçar o poderio britânico, ele considerava vital uma fileira de estados independentes entre as duas potências. Propõe, por conseguinte, a criação de sete Estados-tampões na Europa Oriental, desde o mar Báltico até o Negro e o Adriático (MACKINDER, 1919). Além da Iugoslávia, Bulgária, Romênia e Grécia, estavam na proposta de cordão sanitário a Polônia (que deixara de existir após ser dividida entre a Rússia, a Prússia e a Áustria no século XVIII), a Hungria (separada da Áustria) e a Tchecoslováquia (na Boêmia), ambas anteriormente sob o domínio dos Habsburgos.

Entre alemães e russos, os povos eslavos da Europa Oriental se viam constrangidos entre as políticas expansionistas de dois poderes terrestres que concorriam pelo controle do coração continental euroasiático. O domínio dessa região intermediária era um primeiro passo para conquistar o *Heartland* e, em um segundo momento, com os recursos naturais e as condições geográficas favoráveis à alta mobilidade por terra, estabelecer um império sobre toda a Europa. Daí para a supremacia mundial não restariam muitos obstáculos, julgava Mackinder, visto que, no início do século XX, os Estados Unidos ainda restringiam seu raio de ação às Américas, expandindo sua área de projeção política, econômica e militar gradualmente e mantendo-se isolados da disputa hegemônica entre os europeus. Porém, isso mudaria em pouco tempo e, como se debaterá adiante, Washington também reconheceriam no triângulo Alemanha-Rússia-Europa Oriental um dos pilares da política mundial.

O expansionismo do Terceiro Reich: Karl Haushofer e o espaço vital nazista

Partindo das ideias gerais de Ratzel, mas inspirado sobretudo em Kjéllen, Karl Haushofer teve como terreno fértil para a formulação de sua ideologia uma Alemanha política, econômica e socialmente fragilizada pela destruição da primeira guerra mundial e pelas punições de Versalhes. O autor não se interessava pelos fundamentos da geografia política, desmerecendo o campo de estudo como Kjéllen, mas sim por uma articulação dessa com a ciência política, de modo a produzir uma geopolítica útil à política externa do Estado alemão. No contexto de perdas – para ele “mutilações” – territoriais do país ao término da guerra, Haushofer leva ao extremo o determinismo territorial de Ratzel para legitimar a perseguição do “espaço vital” da Alemanha, a fim de assegurar as necessidades materiais e “espirituais” do povo alemão (COSTA, 1992).

A influência do organicismo biológico kjélleniano, por sua vez, aparece em *As Fronteiras e seu Significado Geográfico e Político* (1927), no seu conceito de “fronteiras móveis”, como organismos vivos e de caráter inerentemente dinâmico. Baseando-se no histórico povoamento da Europa Central pelos germânicos, o autor considerava que os povos da região eram “povos de fronteira”, adaptados por instinto às suas mudanças constantes. Em vista disso, o cercamento da Alemanha em um território diminuto, organizado pelas potências vencedoras e aceito pela República de Weimar, era uma tentativa de minar o direito alemão ao seu “solo cultural”. Ao invés de renunciar ao seu papel na Europa Central, onde se encontrava uma parcela significativa do povo alemão, a Alemanha deveria se voltar para o leste, em especial para a Prússia Oriental, cedida à Polônia. Sob influência de Spengler, que também reverberava em Hitler, Haushofer estabelece uma relação entre a luta por espaço (a Europa Central) e um povo racialmente homogêneo (os germânicos) (COSTA, 1992).

Desse modo, Haushofer fornece à elite dirigente alemã uma justificativa pseudocientífica para seu ressentimento contra as potências vencedoras, que haviam fragmentado os povos germânicos na Europa Central, e para seu desejo expansionista, em direção à zona de difusão histórica da cultura alemã. A obra de Mackinder também o influenciara largamente, impelindo-o a defender uma união com os russos para fazer frente às potências marítimas. Os argumentos para convencer a opinião pública e o governo, a despeito da divergência ideológica com o

regime comunista, iam da proximidade cultural com os eslavos, devido aos anos de convívio na Europa Central; ao interesse russo em acessar mares de águas quentes e ao relacionamento amistoso entre os militares dos dois países (COSTA, 1992; FERNANDES, 2002).

Durante a Segunda Guerra, Haushofer e seus colegas do Instituto Geopolítico de Munique seriam responsabilizados pela estigmatização da geopolítica, devido à veiculação na imprensa e nos círculos intelectuais, sobretudo estadunidenses, da dita influência do grupo sobre o regime nazista e da suposta mentoria de Haushofer sobre Hitler. De fato, eles saudaram a assinatura dos tratados de não agressão com a União Soviética – primeiro o Tratado de Berlim de 1926, e, mais tarde, o Pacto Molotov-Ribbentrop de 1939. Outrossim, racionalizavam a política de agressão nazista, justificando a invasão da Polônia e da Tchecoslováquia, além da anexação da Áustria. Entretanto, ainda que a *Geopolitik* alemã tenha servido de suporte aos projetos do Partido Nacional Socialista, seu papel nos acontecimentos da guerra foi superestimado. A invasão da França, em 1940, não se encaixava na expansão pangermanista apregoada por Haushofer, e o ataque à União Soviética, em 1941, deu fim ao sonho haushoferiano de uma união russo-germânica (COSTA, 1992; MELLO, 1999).

Vista por Haushofer como o lar de um contingente significativo de germânicos, e, por conseguinte, uma extensão natural do Estado alemão e parte integrante do seu espaço vital, a Europa Centro-Oriental permanece no centro da sua *Geopolitik*. No pós guerra, o ramo instrumental da geografia política cairia no ostracismo entre a opinião pública e os meios acadêmico-científicos, mas continuaria sendo amplamente empregado pelos Estados-maiores de vários países. A situação permaneceria assim até os anos 1970, quando o termo foi reintroduzido na academia por Yves Lacoste, abrindo caminho para uma nova fase dos estudos geopolíticos. Nos Estados Unidos, todavia, surgiria, ainda durante o conflito, outra importante contribuição para a geopolítica clássica, também tendo a Alemanha e a Rússia como figuras centrais do balanço de poder na Europa. Desse modo, a Europa Centro-Oriental, fonte inesgotável de conflitos, também ganha espaço na política externa estadunidense.

A geopolítica norte-americana: a teoria do *Rimland* de Nicholas Spykman e seus efeitos sobre a Europa na Segunda Guerra Mundial e na Guerra Fria

Desde a troca de guarda da Inglaterra para os Estados Unidos e a ascensão do segundo como potência hegemônica global, a doutrina de segurança do país tem sido influenciada pelo trabalho do geógrafo Nicholas Spykman. Holandês radicado nos Estados Unidos, o expoente da geopolítica norte-americana apresentou sua visão sobre a nova posição estratégica e a projeção de poder do país durante a Segunda Guerra Mundial em *A Estratégia Americana na Política Mundial* (1942) e *A Geografia da Paz* (1944). Apesar do rechaço da *Geopolitik* alemã em favor de uma geopolítica democrática e pacífica pela academia norte-americana, Spykman foi um grande defensor da *realpolitik* e do intervencionismo, com vistas à integridade territorial e à preservação da independência política dos Estados (MELLO, 1999).

Rejeitando os argumentos isolacionistas e defensivos, o autor recorda que a formação dos Estados Unidos e sua projeção para o continente americano haviam sido marcadas por intervenções, conquistas e anexações sucessivas. Ele sustenta que Washington possuía vocação para adentrar o rol das grandes potências e competir pela supremacia internacional. Ao incorporar a concepção mackinderiana do mundo como um sistema fechado, de relações globalizadas, Spykman infere que, para manter seu perímetro de segurança hemisférico e seus interesses nacionais, os Estados Unidos precisavam, necessariamente, de uma política de projeção mundial. Por essa razão, ele se opunha à autocontenção voluntária do país nas Américas e à sua alienação frente às crises na Europa e na Ásia (COSTA, 1992; MELLO, 1999).

Spykman argumenta que os Estados Unidos ocupavam uma posição geográfica única: além de ter acesso direto às principais vias comerciais marítimas do globo, estavam entre as duas zonas mais importantes do sistema internacional da época, a Europa Ocidental e a Ásia Oriental (SPYKMAN, 1942). Também sob influência de Mackinder, ele identifica que um dos elementos da política externa britânica herdados pelo país era o equilíbrio de poder na Eurásia. Contudo, ao invés de utilizar a projeção de Mercator modificada, com a Sibéria no centro, do inglês, o autor optou por uma projeção azimutal centrada no Ártico. A mesma colocava em evidência a concentração de terras emersas no hemisfério norte, próximas ao oceano Ártico, e sua dispersão em direção ao hemisfério sul, revelando a proximidade geográfica da América do Norte com a Eurásia e o paralelismo entre as

duas regiões, que se defrontam nos oceanos Atlântico, Pacífico e Ártico (COSTA, 1992; MELLO, 1999).

Spykman também contesta a centralidade que Mackinder dá à rivalidade entre continentalismo e oceanismo e ao *Heartland*. Analisando os conflitos europeus dos séculos XIX e XX, ele sustenta que o coração continental não tivera um papel decisivo, mas sim as regiões de “duplas frentes”, continentais e oceânicas, nas fímbrias da Eurásia. Chamadas de *Rimland*, essas formavam uma zona concêntrica de contenção localizada entre o *Heartland* e uma grande rota circunferencial marítima que ia da Grã-Bretanha até o Japão (COSTA, 1992; MELLO, 1999). Ele aponta que, nesse período, “o perigo de unificação da Eurásia não veio de um poder terrestre originário do *Heartland*, mas partiu sempre de poderes situados no *Rimland* ou numa das ilhas costeiras” (MELLO, 1999, p. 125). Foi o caso da França durante as guerras napoleônicas, da Alemanha na Primeira Guerra e da Alemanha e do Japão na Segunda Guerra.

Na obra de Spykman, é o *Rimland*, zona estratégia capaz de compensar e até superar o *Heartland*, que assume papel central no controle da Eurásia e nos rumos da política mundial. Quando o autor escreve em 1942, a maior preocupação dos Estados Unidos estava no Pacífico, onde o Japão ameaçava suas possessões insulares. Porém, era a aliança japonesa com a ofensiva alemã no Atlântico que criava o maior risco: isolar o continente americano entre dois oceanos. O quadro desastroso era completado pela influência da propaganda ideológica alemã nos governos sulamericanos (COSTA, 1992). Era primordial, portanto, fixar a primeira linha de defesa estadunidense nas bordas da Eurásia, através de uma presença ativa que mantivesse as forças político-militares da Europa e do Extremo Oriente divididas e neutralizadas. Já a defesa das Américas, objetivo basilar secundário, dependeria da integração político-econômica do continente sob o domínio de Washington (MELLO, 1999).

Durante o esforço de reconstrução do pós guerra e toda a Guerra Fria, a Europa, zona amortizadora entre os Estados Unidos e a União Soviética, permaneceria como um dos pontos nevrálgicos da política de segurança estadunidense. A reflexão de Spykman inspiraria, no fim dos anos 1940, a política de contenção, elaborada por George Kennan e base do governo Truman, e a criação da OTAN, que subordina a segurança dos europeus aos estadunidenses e veta o

acesso russo ao Atlântico. A Alemanha também teria um papel relevante na estratégia estadunidense após 1945: sua centralidade político-econômica na Europa Ocidental é preservada e seu rearmamento é permitido no âmbito da aliança atlântica, no fim dos anos 1950. Com isso, buscava-se impedir a formação de um vácuo de poder no centro da continente, suscetível à influência soviética. A Europa Oriental não teve a mesma sorte, e a libertação dos Estados-tampões da ocupação nazista garantiu que a região permanecesse sob a órbita soviética, separada da Europa Ocidental pela Cortina de Ferro.

Considerações Finais

A geo-história da Europa Centro-Oriental lança luz sobre a identidade comum e os objetivos compartilhados que unem Polônia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia em uma organização subregional: entre os membros do Grupo de Visegrado vigora uma preocupação perene com sua segurança territorial e integridade étnico-cultural, fruto da privação ou restrição do exercício da sua soberania, entre os séculos XVIII e XX. Situados entre a Alemanha e a Rússia, os territórios que atualmente compõe esses Estados sofreram múltiplas invasões, ocupações e divisões pelos russos – pelo Império Russo e pela União Soviética – e germânicos – organizados na Prússia ou na Alemanha unificada, sob o Império Alemão ou o regime nazista. A região esteve no centro e na origem de duas Guerras Mundiais e a própria formação desses Estados resultou da pressão geopolítica e geoeconômica existente entre alemães e russos.

Nesse sentido, os membros de Visegrado são, historicamente, parte de uma área de projeção comum de Berlim e Moscou, alvo dos projetos geopolíticos de ambos. Porém, se no passado a Alemanha representou a maior ameaça à Europa Centro-Oriental, ao continente europeu e, em última instância, ao equilíbrio de poder mundial, desde 1945 esse lugar é ocupado pela Rússia, que recentemente retornou à condição de grande potência sob a liderança de Putin. Enquanto Ratzel, Kjéllen e Haushofer versaram sobre a posição da Alemanha no sistema internacional, Mackinder escreveu pela perspectiva da Inglaterra, e Spykman refletiu pelo ponto de vista dos Estados Unidos. O grau de importância da Europa Centro-Oriental para a estratégia geopolítica de cada uma dessas potências diferia, principalmente entre europeus e estadunidenses, mas todas reservaram à região um lugar em suas

políticas de poder. Hoje, mais uma vez, os eventos na *Mitteleuropa* repercutem no equilíbrio geral de forças do sistema internacional, não devendo as pretensões do V4 serem subestimadas.

Localizado em um espaço de competição russo-germânica, o Grupo de Visegrado tem feito um uso estratégico da sua posição geográfica para fortalecer sua posição dentro da UE e da OTAN, ao mesmo em que se aproxima de outro ator de peso em ascensão na Europa e no mundo: a China. Com isso, busca ampliar sua capacidade de barganha nos processos decisórios do espaço euroatlântico, diante das controvérsias com a Alemanha e na tentativa de frear a projeção energética e militar russa. O objetivo último do V4 é salvaguardar seus propósitos de segurança econômica, política e militar. No entanto, sua conduta recente tem entrado em choque com as políticas energética e migratória do bloco europeu, além de ameaçar a economia da liderança regional alemã, com quem formam uma importante cadeia de produção. Entre processos judiciais e ameaças de cortes de fundos europeus, Polônia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia tem se portado como uma “pedra no sapato” de Bruxelas e Berlim. Sua estratégia vem sendo sustentada por um bom desempenho econômico e pelo flerte simultâneo com Washington e Pequim.

Referências

- ÅSLUND, Anders. **How Capitalism was built: The Transformation of Central and Eastern Europe, Russia, and Central Asia**. Cambridge University Press, 2007.
- BAJDA, Piotr. The Visegrad Group in the Security Architecture of Europe. **The Warsaw Institute Review**, 2018.
- COSTA, Wanderley Messias da (1992). **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder**. São Paulo: Edusp, 2ª ed. 2008.
- DEMPSEY, Judy. The Contradictions of German Foreign Policy. **Carnegie Europe**, 2017.
- FERNANDES, José. Da Geopolítica Clássica à Geopolítica Pós-Moderna: Entre a Ruptura e a Continuidade. **Política Internacional**, v. 26, n. 2, 2002, p. 161-186.
- FRIEDMAN, George. Visegrad: A New European Military Force. **Stratfor**, 2011.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). IMF Multi-Country Report: German-Central European Supply Chain-Cluster Report. **IMF Country Report**, No. 13/263, 2013.
- GYÁRFÁŠOVÁ, Olga; MESEŽNIKOV, Grigorij. **25 Years of the V4 as Seen by the Public**. Bratislava: Institute for Public Affairs, 2016.
- HARPER, Jo. EU climate goals ditched as Warsaw and Budapest dig in. **Deutsche Welle**, 2019.

KACZMARSKI, Marcin; JAKÓBOWSKI, Jakub. China on Central-Eastern Europe: '16+ 1' as seen from Beijing. **OSW Commentary**, v. 166, 2015.

KLEIN, Rahel. This is how the Visegrad Group works. **Deutsche Welle**, 2019.

MACKINDER, Halford John. The Geographical Pivot of History. **Geographical Journal**, vol. 23, p. 421-444, 1904.

_____. **Democratic Ideals and Reality: A Study in the Politics of Reconstruction**. Washington: National Defense University Press, 1919.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata**. Manaus: Universidade do Amazonas, 1997.

_____. **Quem tem Medo da Geopolítica?** São Paulo: Edusp/Hucitec, 1999.

SIERADZKA, Monika. Poland: More aligned to US than to European partners? **Deutsche Welle**, 2019.

SEEMANN, Jörn. Friedrich Ratzel entre Tradições e Traduções: Uma Breve Abordagem Contextual. **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, série Terra Brasilis, n. 1, 2012, p. 1-16.

SPYKMAN, Nicholas John (1942). **America's Strategy in World Politics: the United States and the Balance of Power**. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Company, 1942.

VISEGRAD GROUP. **Visegrad Declaration 1991**, 1991.

_____. **Joint Communiqué of the Visegrad Group Ministers of Defence**, 2017.

Recebido em 30.08.2020.

Publicado em 01.01.2021.